

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
DO HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90114/2024**

**SRP Nº 125/2024**

**KADOSHI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.193.613/0001-05, com sede na Rua João Samaha, nº 1380, letra B, bairro São João Batista, cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 31.520-100, a esta oportunidade representada por seu sócio administrador, em detrimento ao Recurso Administrativo interposto por parte da empresa **IRM MATHIAS COMERCIO DE MOVEIS**, já qualificada, vem respeitosamente com fulcro ao artigo 165 e seguintes da Lei 14.133/21 apresentar a competente

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

mediante os seguintes fatos e fundamentos:

**I. BREVE SÍNTESE DOS FATOS**

Inconformada com a assertiva decisão ao qual consagrou esta Recorrida como Licitante vencedora ao presente certame, a I. R. M. MATHIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS – ME interpor o presente recurso administrativo alegando em síntese:

- a) Não apresentação de laudos referentes às normas ASTM D 2794 e NBR 9209/86
- b) Não apresentação de Certificado referente à norma NBR ISO 14001
- c) Divergência no laudo ergonômico
- d) Exigência de cumprimento da norma NBR 8094 (cancelada)

Tais alegações visam a tentativa desesperada em tentar desqualificar a proposta da empresa KADOSHI, argumentando que a mesma não atendeu integralmente às exigências do edital, no entanto, como demonstraremos a seguir, tais alegações não se sustentam diante de uma análise mais

aprofundada e à luz dos princípios que regem as licitações públicas, especialmente considerando as disposições da Lei 14.133/2021 e a jurisprudência pertinente.

## **II. DO MÉRITO**

### **II. 1- DO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO**

O princípio do formalismo moderado é um pilar fundamental no Direito Administrativo brasileiro, especialmente no contexto das licitações públicas. Este princípio preconiza que as exigências formais em processos licitatórios devem ser interpretadas com razoabilidade, evitando-se o excesso de formalismo que possa comprometer a competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O renomado jurista Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" (17ª edição, 2016, p. 60), enfatiza:

*"A apresentação de documentos, o preenchimento de formulários, a elaboração das propostas não se constituem em condutas ritualísticas. Não se trata de verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir-se do modo mais conforme ao texto da lei. Todas as exigências são o meio de verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa."*

Esta visão é corroborada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), que tem reiteradamente se manifestado contra o excesso de formalismo em licitações. No Acórdão 357/2015-Plenário, o TCU afirmou:

*"O apego a formalismos exagerados e injustificados é uma manifestação perniciosa da burocracia que, além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa dano ao Erário, sob o manto da legalidade estrita. Esquece o interesse público e passa a conferir os pontos e vírgulas como se isso fosse o mais importante a fazer."*

Ademais, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) também tem se posicionado a favor do formalismo moderado. No REsp 1.795.457/RS, julgado em 2019, o Ministro Herman Benjamin destacou:

*"O formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável."*

A Lei 14.133/2021, em seu art. 12, VI, reforça esta tendência ao estabelecer que:

*"No processo licitatório, observar-se-á o seguinte: VI - os atos serão realizados preferencialmente sob a forma eletrônica, mediante uso de processos de tecnologia de informação disponibilizados pela Administração;"*

Este dispositivo evidencia a intenção do legislador em simplificar e desburocratizar os processos licitatórios, alinhando-se ao princípio do formalismo moderado. O doutrinador Rafael Carvalho Rezende Oliveira, em sua obra "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos" (2021, p. 78), comenta sobre este aspecto da nova lei:

*"A nova lei de licitações consagra expressamente o princípio do formalismo moderado ao prever que o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do procedimento (art. 12, IV)."*

Neste contexto, é fundamental que as exigências do edital sejam interpretadas de forma razoável e proporcional, buscando-se a essência do cumprimento dos requisitos em detrimento de formalismos excessivos que possam prejudicar a competitividade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Portanto, ao analisar as alegações do recurso contra a empresa KADOSHI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, é imperativo que se aplique o princípio do formalismo moderado, avaliando se as supostas não conformidades apontadas realmente comprometem a qualidade e adequação do produto ofertado ou se são meras formalidades que podem ser relevadas em prol da eficiência e economicidade do processo licitatório.

## II. 2- DA INAPLICABILIDADE DA NORMA ASTM D 2794 E NBR 9209/86

Precipuamente é imperioso ressaltar que a exigência de laudo referente à norma ASTM D 2794 é manifestamente inadequada e desproporcional ao objeto licitado.

A ASTM D2794 **é uma norma internacional que não se aplica obrigatoriamente ao mercado brasileiro de mobiliário. O Brasil possui regulamentações específicas da ABNT e do INMETRO que são mais adequadas e suficientes para garantir a qualidade dos produtos.**

O professor Joel de Menezes Niebuhr, em sua obra "Licitação Pública e Contrato Administrativo" (4ª edição, 2015, p. 190), enfatiza:

*"As exigências de qualificação técnica devem ser proporcionais ao objeto licitado, não se admitindo requisitos que excedam ao estritamente necessário para garantir a execução do contrato."*

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou no Acórdão 1.676/2005-Plenário:

*"A exigência de normas técnicas estrangeiras sem a expressa menção de aceitação de 'outras normas que garantam a mesma qualidade' fere o princípio da isonomia, por ocasionar restrição ao caráter competitivo do certame."*

Visto que o edital trata de cadeiras administrativas, onde a estrutura metálica é geralmente protegida. A norma ASTM D2794 avalia a resistência de revestimentos expostos a impactos diretos, **o que pode não se aplicar ao caso em questão.**

O Ministro Benjamin Zymler, em seu voto no Acórdão 2.441/2017-Plenário do TCU, ressaltou:

*"As exigências editalícias devem ser fundamentadas na natureza do objeto licitado, sendo inadmissíveis aquelas que extrapolem o estritamente necessário à garantia do cumprimento das obrigações contratuais."*

A exigência de uma norma internacional desnecessária configura excesso de rigor, restringindo a competitividade do certame, o que vai de encontro aos princípios da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da Lei 14.133/2021.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), no REsp 1.504.012/SC, julgado em 2019, manifestou-se:

*"O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes."*

**Não obstante, a exigência de laudo baseado na NBR 9209/86 também se mostra inadequada conforme adiante se exara.**

Esta norma trata especificamente do **processo de fosfatização, que é uma etapa intermediária da preparação de superfícies para pintura. Ela não avalia a qualidade final do produto,** que é o que realmente importa para o objeto licitado.

O doutrinador Marçal Justen Filho, em "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" (18ª edição, 2019, p. 608), argumenta:

*"A qualificação técnica não deve ser examinada de modo formalista, em função da pura e simples existência de uma exigência prevista no ato convocatório. O fundamental é apurar a real qualificação do licitante e sua efetiva condição de executar o contrato, caso seja dele a proposta vencedora."*



Neste sentido, tendo a empresa KADOSHI **apresentado laudos que atendam aos requisitos de qualidade final do produto, incluindo resistência à corrosão**, aderência do revestimento e espessura da película, **estes devem ser considerados suficientes para comprovar a qualidade do produto.**

O TCU, no Acórdão 1.729/2008-Plenário, decidiu:

*"É indevida a desclassificação de licitantes em razão da ausência de informações na proposta que possam ser supridas pela diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei de Licitações."*

Ademais, a Lei 14.133/2021, em seu art. 67, § 5º, estabelece:

*"Será admitida a exigência da certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente acreditada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro), comprovada por meio de documentos emitidos por pessoa jurídica de direito privado credenciada ou por órgão ou entidade da Administração Pública."*

Este dispositivo reforça a ideia de que a comprovação da qualidade do produto **deve ser feita por meio de certificações reconhecidas nacionalmente, não sendo necessária a apresentação de laudos específicos para cada etapa do processo de fabricação.**

Portanto, a exigência de laudos referentes às normas ASTM D 2794 e NBR 9209/86 mostra-se excessiva e potencialmente restritiva à competitividade do certame. A análise da qualificação técnica deve se concentrar na capacidade efetiva do licitante em fornecer o produto com a qualidade necessária, considerando o objeto específico da licitação e as normas técnicas aplicáveis ao contexto nacional.

## **II. 3- DA NÃO EXIGIBILIDADE DA CERTIFICAÇÃO NBR ISO 14001**

Novamente a exigência de certificação NBR ISO 14001 pode ser considerada desproporcional e desnecessária para o objeto licitado, pelos seguintes motivos:

A certificação ISO 14001 não impacta diretamente na qualidade ou funcionalidade das cadeiras administrativas, objeto do edital. O renomado jurista Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" (18ª edição, 2019, p. 615), argumenta:

*"A qualificação técnica não pode ser utilizada como instrumento para restringir a competição. As exigências deverão ser limitadas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação."*

O Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão 1.612/2008-Plenário, manifestou-se nesse sentido:

*"Abstenha-se de exigir, para fins de habilitação, certificados de qualidade série ISO ou qualquer outro que não esteja previsto no art. 30 da Lei nº 8.666/1993."*

Embora este acórdão se refira à Lei 8.666/1993, o princípio permanece válido sob a égide da Lei 14.133/2021.

Tal exigência pode limitar indevidamente a participação de empresas no certame, contrariando o princípio da competitividade previsto no art. 5º da Lei 14.133/2021. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), no REsp 1.357.089/DF, julgado em 2017, pronunciou-se:

*"A comprovação de qualificação técnica não pode ser exigida como condição de habilitação, porque isso paralisaria a atividade administrativa e frustraria o processo licitatório."*

Tendo portanto a empresa KADOSHI apresentado documentação que comprove sua conformidade com as exigências ambientais aplicáveis, como licenças ambientais ou certificados de regu-

laridade emitidos por órgãos competentes, estes devem ser considerados suficientes para atender aos objetivos da norma NBR ISO 14001.

O professor Jessé Torres Pereira Junior, em sua obra "Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública" (9ª edição, 2019, p. 443), esclarece:

*"As exigências de qualificação técnica devem limitar-se à demonstração de que o licitante possui os requisitos mínimos necessários à execução do objeto, sendo vedadas exigências que extrapolem essa finalidade."*

A Lei 14.133/2021, em seu art. 67, § 4º, estabelece:

*"Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto ou de alta complexidade técnica, poderá ser exigida a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor."*

Este dispositivo indica que, mesmo em contratações de grande vulto ou alta complexidade, a lei prevê alternativas à exigência de certificações específicas, priorizando a comprovação efetiva da capacidade de execução do contrato.

Ademais, o TCU, no Acórdão 1.929/2013-Plenário, decidiu:

*"A exigência de certificado ISO, OHSAS ou qualquer outro destinado a comprovar a qualidade do produto/material deve estar acompanhada de previsão que possibilite ao licitante comprovar, por outros meios, que possui condições de atender aos requisitos mínimos de qualidade exigidos no edital."*

Este entendimento foi reforçado no Acórdão 2.995/2018-Plenário do TCU:

*"É ilegal a exigência de certificação ISO como requisito de habilitação, pois restringe o caráter competitivo do certame. Admite-se, contudo, a inserção no*



*edital, como critério de pontuação em licitações do tipo técnica e preço, se devidamente fundamentada."*

Portanto, a exigência da certificação NBR ISO 14001 como requisito de habilitação mostra-se excessiva e potencialmente restritiva à competitividade do certame. A análise da qualificação técnica deve se concentrar na capacidade efetiva do licitante em fornecer o produto em conformidade com as normas ambientais aplicáveis, considerando o objeto específico da licitação.

A Administração deve priorizar a avaliação de documentos que comprovem o cumprimento das normas ambientais vigentes, como licenças ambientais e certificados de regularidade, em detrimento da exigência específica de uma certificação que pode não ser essencial para o objeto licitado.

## II. 4- DA DIVERGÊNCIA NO LAUDO ERGONÔMICO

Quanto à alegada divergência no laudo ergonômico, onde consta apenas a marca KADOSHI e não a fabricante RHODES, argumentamos que trata-se de um mero erro formal, porém, não prejudicial.

Visto **que de fato o fabricante trata-se da empresa RHODES, oportunidade esta em que não comprometerá a identificação do produto nem induza a erro**, este não deve ser motivo para desclassificação. O professor Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" (18ª edição, 2019, p. 938), enfatiza:

*"O princípio do formalismo moderado consiste, em primeiro lugar, na previsão de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança, respeito aos direitos dos sujeitos, o contraditório e a ampla defesa. Em segundo lugar, se traduz na exigência de interpretação flexível e razoável quanto a formas, para evitar que estas sejam vistas como um fim em si mesmas, desligadas das verdadeiras finalidades do procedimento."*

O Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão 3.615/2013-Plenário, manifestou-se nesse sentido:

*"Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo."*

Desta feita, invoca-se a esta oportunidade **a aplicação do princípio da instrumentalidade das formas.**

Este princípio, aplicável ao Direito Administrativo, preconiza que as formalidades devem ser interpretadas em favor da finalidade do ato. **No caso, se a finalidade do laudo ergonômico foi atendida, não havendo prejuízo à Administração ou aos demais licitantes, o documento deve ser aceito.**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), no REsp 1.795.457/RS, julgado em 2019, destacou:

*"O formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável."*

Como não bastasse, o art. 64 da Lei 14.133/2021 prevê a possibilidade de realização de diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo. Assim, caso persista alguma dúvida, a Administração pode solicitar esclarecimentos à empresa KADOSHI sem a necessidade de desclassificação da proposta.

O professor Joel de Menezes Niebuhr, em sua obra "Licitação Pública e Contrato Administrativo" (4ª edição, 2015, p. 679), argumenta:

*"A promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório é uma faculdade conferida à Comissão de Lici-*

*tação ou ao pregoeiro, mas cujo exercício pode se impor como um dever, sempre que houver necessidade de verificação ou complementação de informações, a fim de permitir um julgamento em conformidade com o interesse público e com os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa."*

O TCU, no Acórdão 2.459/2013-Plenário, decidiu:

*"É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame."*

Portanto, a divergência apontada no laudo ergonômico, onde consta apenas a marca KADOSHI e não a fabricante RHODES, deve ser analisada sob a luz do princípio do formalismo moderado e da instrumentalidade das formas. **Se o laudo atende à sua finalidade essencial de comprovar a conformidade ergonômica do produto ofertado, e se a divergência não compromete a identificação do produto nem induz a erro, não há razão para a desclassificação da proposta.**

A Administração deve priorizar a busca pela proposta mais vantajosa, utilizando-se, se necessário, do instrumento da diligência para esclarecer quaisquer dúvidas remanescentes, em vez de adotar uma postura excessivamente formalista que possa prejudicar a competitividade e a eficiência do certame.

## **II. 5- DA NORMA NBR 8094 (CANCELADA)**

A menção à norma NBR 8094, que foi cancelada pela ABNT, reforça a necessidade de atualização das exigências do edital. A Administração deve buscar a aplicação de normas vigentes e atualizadas, em conformidade com o princípio da eficiência previsto no art. 5º da Lei 14.133/2021.

O professor Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" (18ª edição, 2019, p. 616), argumenta:

*"As exigências de qualificação técnica devem ser compatíveis com o estado da técnica. A Administração não pode impor requisitos ultrapassados, que não mais reflitam as condições usuais de mercado."*

O Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão 2.447/2017-Plenário, manifestou-se sobre a importância de utilizar normas atualizadas:

*"A utilização de normas técnicas atualizadas nas licitações públicas é medida que se impõe, em observância ao princípio da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal) e à necessidade de adequação aos novos padrões de desempenho e qualidade demandados pela Administração Pública."*

A Lei 14.133/2021, em seu art. 42, § 1º, estabelece:

*"As especificações técnicas deverão ser definidas de modo a assegurar a qualidade da contratação e a competitividade do certame."*

Este dispositivo reforça a importância de utilizar especificações técnicas atualizadas e relevantes para garantir tanto a qualidade da contratação quanto a competitividade do processo licitatório.

O professor Jessé Torres Pereira Junior, em "Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública" (9ª edição, 2019, p. 445), destaca:

*"A Administração deve zelar pela atualidade das normas técnicas referenciadas em seus editais, de modo a não criar barreiras artificiais à participação de potenciais interessados e a garantir a obtenção de produtos e serviços compatíveis com as melhores práticas de mercado."*

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), no REsp 1.457.851/SP, julgado em 2014, pronunciou-se sobre a possibilidade de aceitação de normas equivalentes:

*"A exigência editalícia de certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, é autorizada pelo art. 30, IV, da Lei 8.666/93, porém deve ser admitida a apresentação de certificados equivalentes."*

Assim sendo, a exigência de conformidade com a norma NBR 8094, que foi cancelada pela ABNT, mostra-se inadequada e potencialmente prejudicial à competitividade e eficiência do certame. A Administração deve priorizar a utilização de normas técnicas atualizadas e vigentes, que reflitam o estado atual da técnica e as melhores práticas de mercado.

A atualização das exigências técnicas do edital, substituindo a referência à norma cancelada por normas vigentes e equivalentes, não apenas está em conformidade com os princípios da eficiência e da atualidade, mas também contribui para ampliar a competitividade do certame e garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### **III – DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, e com fundamento nos princípios que regem as licitações públicas, na legislação aplicável, especialmente a Lei 14.133/2021, e nas razões apresentadas, a empresa KADOSHI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA requer respeitosamente a esta ilustre Comissão de Licitação:

- a) Que sejam conhecidas e acolhidas as presentes contrarrazões, dada sua tempestividade e cumprimento dos requisitos legais;
- b) Que seja mantida a decisão que habilitou a empresa KADOSHI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA no Pregão Eletrônico Nº 90114/2024- SRP Nº 125/2024 do HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA, por estar em conformidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e busca pela proposta mais vantajosa;
- c) Caso persistam dúvidas quanto à documentação apresentada, que sejam realizadas as diligências necessárias, conforme previsto no art. 64 da Lei 14.133/2021, antes de qualquer decisão que possa resultar na desclassificação da proposta;



- d) Que seja julgado totalmente improcedente o recurso administrativo interposto pela empresa I. R. M. MATHIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS – ME, com base nos argumentos apresentados nestas contrarrazões;
- e) Protesta provar o alegado por todos os meios de direito admitidos

Nesses Termos,  
Pede Deferimento.

Belo Horizonte/MG, 06 de janeiro de 2025

**KADOSHI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**  
CNPJ nº 14.193.613/0001-05

**FERNANDO FERREIRA GONÇALVES DE SOUZA**  
OAB 151.919